



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO 02

Candidato: _____

Inscrição: _____ Área acadêmica: _____

Assinatura: _____

INSTRUÇÕES

01. Só abra este Caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao abrir este Caderno, confira se ele contém o enunciado da questão discursiva e 05 questões objetivas.
03. Preencha os dados pessoais neste Caderno.
04. Não deixe nenhuma marca neste Caderno de questões que possa identificá-lo, sob pena de nulidade.
05. Nas respostas das questões deste Caderno, utilize apenas caneta esferográfica de cor preta ou azul.
06. Só marque uma resposta para cada questão.
07. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
08. Você terá 02 (duas) horas para responder a todas as questões deste Caderno.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Código de Segurança: _____

Critérios básicos de correção:

- Fidelidade à temática escolhida;
- Originalidade;
- Coerência, coesão e clareza na exposição das idéias;
- Atendimento às normas da gramática;
- Atenção ao limite de linhas (30 a 35).



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PROVA OBJETIVA:

1ª questão: Acerca do poder constituinte, da CF e do ADCT, assinale a opção correta:

- a) As normas que versam sobre a intervenção federal nos estados e no DF, bem como dos estados nos municípios, incluem-se entre os chamados elementos de estabilização constitucional.
- b) O poder constituinte originário dá início a nova ordem jurídica, e, nesse sentido, todos os diplomas infraconstitucionais perdem vigor com o advento da nova constituição.
- c) Consideram-se elementos socioideológicos da CF as normas que disciplinam a organização dos poderes da República e o sistema de governo.
- d) O ADCT não tem natureza de norma constitucional, na medida em que dispõe sobre situações excepcionais e temporárias.
- e) Segundo disposição literal da CF, os estados e municípios dispõem do chamado poder constituinte derivado decorrente, que deve ser exercido de acordo com os princípios e regras dessa Carta.

2ª questão: Assinale a alternativa que estiver totalmente correta.

- a) Em face do princípio da legalidade constitucionalmente consagrado, a lei penal é sempre irretroativa, nunca podendo retroagir.
- b) Se entrar em vigor lei penal mais severa, ela será aplicável a fato cometido anteriormente a sua vigência, desde que não venha a criar figura típica inexistente.
- c) Sendo a lei penal mais favorável ao réu, aplica-se ao fato cometido sob a égide de lei anterior, desde que ele ainda não tenha sido decidido por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) A lei penal não pode retroagir para alcançar fatos ocorridos anteriormente a sua vigência, salvo no caso de *abolitio criminis* ou de se tratar de lei que, de qualquer modo, favoreça o agente.
- e) Se a lei nova for mais favorável ao réu, deixando de considerar criminosa a sua conduta, ela retroagirá mesmo que o fato tenha sido definitivamente julgado, fazendo cessar os efeitos civis e penais da sentença condenatória.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

3ª questão: NÃO dependem de prova os fatos:

- a) em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- b) notórios, apenas.
- c) incontroversos, apenas.
- d) alegados pela parte sempre que a outra parte for revel.
- e) de que o Juiz saiba por tê-los presenciado antes do início do processo.

4ª questão: Dadas as assertivas abaixo,

I. A lei geral posterior somente revoga a lei especial quando expressamente o declarar.

II. Respristinação é quando uma lei, que fora revogada, volta a vigor por determinação expressa de uma nova lei.

III. Se a Lei nº 20.000 for oficialmente publicada em 24/10/2011, ela começará a vigorar em todo país em 24/12/2011, salvo disposição em contrário.

IV. A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

estão corretas:

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) III e IV.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

5ª questão: "Na fase madura de seu pensamento, a substituição da lei pela convicção comum do povo (Volkgeist) como fonte originária do direito relega a segundo plano a sistemática lógico-dedutiva, sobrepondo-lhe a sensação (Empfindung) e a intuição (Anschauung) imediatas. Savigny enfatiza o relacionamento primário da intuição do jurídico não à regra genérica e abstrata, mas aos 'institutos de direito' (Rechtsinstitute), que expressam 'relações vitais' (Lebensverhältnisse) típicas e concretas". Esta caracterização, realizada por Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra A Ciência do Direito, corresponde a aspectos essenciais da seguinte escola filosófico-jurídica:

- a) Normativismo.
- b) Positivismo jurídico.
- c) Jusnaturalismo.
- d) Historicismo Jurídico.
- e) Realismo Jurídico